



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CAMPUS DE ARAGUAINA

MARIZA SOUSA

**REFLEXÕES SOBRE LIBRAS NO ENSINO FUNDAMENTAL
I: COMUNICAÇÃO DE PROFESSORES OUVINTES COM
ALUNOS SURDOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA
DE ARAGUAINA-TO.**

Araguaína/TO
2019

MARIZA SOUSA

**REFLEXÕES SOBRE LIBRAS NO ENSINO FUNDAMENTAL
I: COMUNICAÇÃO DE PROFESSORES OUVINTES COM
ALUNOS SURDOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA
DE ARAGUAINA-TO.**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Letras/Português, da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Araguaína, como pré-requisito para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientadora: Profa. Esp. Stefânia Steves da Silva Sena

Araguaína/TO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S725r SOUSA, MARIZA.
REFLEXÕES SOBRE LIBRAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I:
COMUNICAÇÃO DE PROFESSORES OUVINTES COM ALUNOS
SURDOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ARAGUAINA-TO.. /
MARIZA SOUSA. – Araguaína, TO, 2019.
43 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Letras - Português,
2019.

Orientadora : Stefânia Steves da Silva Sena

1. REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE LIBRAS E O ATO DE
INCLUIR. 2. ALGUNS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E
UM POUCO DA HISTÓRIA DOS SURDOS. 3. METODOLOGIA DE
ENSINO DE LIBRAS PARA PROFESSORES OUVINTES . 4.
CONSIDERAÇÕES FINAIS. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica
da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIZA SOUSA

REFLEXÕES SOBRE LIBRAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I: COMUNICAÇÃO DE PROFESSORES OUVINTES COM ALUNOS SURDOS NA ESCOLA MODELO EM ARAGUAINA-TO.

Monografia apresentada à UFT - Universidade Federal do Tocantins – Campus de Universitário de Araguaína para obtenção do título da Monografia, sob orientação da Prof. (a) Esp. Stefânia Steves da Silva Sena.

Data de Aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof.Esp. Stefânia Steves da Silva Sena. - UFT

Prof.Dr. João de Deus Leite - UFT

Prof.Msc. Bruno Gonçalves Carneiro - UFT

Araguaína, 2019.

Dedico este trabalho à minha família, amigos e colegas de turma. Pelo apoio e incentivo na realização deste trabalho, e por estarem sempre ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu a força e a fé necessária para chegar até o final do curso, e não desistir diante de tantas barreiras e dificuldades que apareceu em minha vida durante esse percurso.

Agradeço a minha família que sempre me apoiou e me amparou nos momentos difíceis, e que sempre me motivaram ir em busca de meus sonhos e nunca desistir. Ao meu esposo Brerdário que sempre me incentivou a nunca desistir e sempre ir em busca de conhecimentos.

Também estendo meus agradecimentos aos meus amigos da “Facção” com quem convivi durante todos esses anos, pelas alegrias, tristeza e dores compartilhadas juntos. Em especial a Jane Kelly e Denison que me ajudaram muito nessa longa jornada, a experiência de uma produção compartilhada na comunhão desses amigos nesses espaços foram a melhor experiência da minha formação acadêmica.

Quero agradecer também aos meus professores e mestres da universidade que tiveram bastante paciência comigo e por terem me transmitido conhecimentos literários durante todo o meu curso.

À Prof^a. Esp. Stefânia, pela paciência na orientação e inédito que tornaram possível a conclusão desta monografia sua dedicação à minha pesquisa e toda sua paciência durante nossos encontros.

Os velhos e jovens professores, aos mestres de todos os tempos que foram agraciados pelos céus por essa missão tão digna e feliz. Ser professor é um privilégio. Ser professor é semear em terreno sempre fértil e se encantar com a colheita. Ser professor é ser condutor de almas e de sonhos, é lapidar diamantes.

Gabriel Chalita

RESUMO

Todos têm direitos, ao acesso à educação, saúde, trabalho, lazer e demais recursos que lhes são necessários ao pleno desenvolvimento e convívio em sociedade como ser humano. No entanto, em busca de contribuir para a discussão deste tema, o presente estudo irá focalizar as experiências de professores-ouvintes com aluno/surdos em sala de aula, durante todas as atividades em sala, como e quando os alunos se interagem de forma que eles possam se comunicar. O objetivo estabelecido é pesquisar e realizar estudos em campo, a importância de toda criança terem acesso a educação, , verificar se a inclusão realmente está sendo aplicada da maneira correta, se os professores e alunos estão preparados para receberem alunos e colegas surdos e se eles acreditam que esta idéia possa realmente contribuir para as unidades escolares, professores e principalmente o aluno surdo. Foram realizadas entrevistas com um aluno surdo, um intérprete e um professor ouvinte, cujo resultado apresentamos ao final do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, Professor/Aluno, Libras.

ABSTRACT

Everyone has rights, whether or not they have special needs, access to education, health, work, leisure and other resources that are necessary for them to fully develop and live in society as a human being. However, in order to contribute to the discussion of this theme, the present study will focus on the experiences of teacher-listeners with students / deaf people in the classroom, during all classroom activities, as and when students interact in a way that they can communicate. The established objective is to research and carry out field studies, the importance of every child having access to education, at least an introduction in the Brazilian language of signs, to verify if inclusion is actually being applied correctly, if teachers and students are prepared to receive students and colleagues with this disability and if they believe that this idea can really help the school units, teachers and especially the deaf student. We conducted interviews with a deaf student, an interpreter and a listener teacher, whose results we present at the end of the study.

KEY WORDS: Inclusion, Teacher / Student, Pounds.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE LIBRAS E O	12
ATO DE INCLUIR.....	
1.1 Libras e suas características.....	13
CAPÍTULO 2 - ALGUNS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO	15
INCLUSIVA E UM POUCO DA HISTÓRIA DOS SURDOS.....	
2.1- Os desafios da educação inclusiva.....	20
2.2 – Definição e alguns aspectos importantes.....	22
2.3 – O professor frente ao desafio de incluir.....	26
3. METODOLOGIA DE ENSINO DE LIBRAS PARA	27
PROFESSORES OUVINTES COM ALUNOS SURDOS.....	
3.1Relação escola - professor – aluno surdo.....	27
3.2 O processo de inclusão em Araguaína.....	29
3.3 Metodologia.....	33
3.4 É preciso avançar.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERENCIAS.....	37
ANEXOS.....	39

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, apresentado ao curso de Licenciatura em Letras – Português, na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, tem como finalidade pesquisar a importância da implantação de uma nova disciplina “*Reflexões sobre Libras no ensino fundamental I: Comunicação de Professores Ouvintes com Alunos Surdos na Escola Modelo em Araguaína*”. Tal projeto foca no diálogo das crianças surdas com os demais alunos em sala de aula, crianças surdas devem ser alfabetizadas desde as séries iniciais e também devem começar a aprender libras para o seu desenvolvimento de aprendizagem destes alunos, para melhor se comunicar com seus colegas e com a sociedade.

Nas escolas atualmente ocorre o processo de inclusão de crianças surdas nas redes públicas, à infraestrutura de demanda para adaptação e recebimento delas no que se refere à implementação de políticas públicas, viáveis em prol dessa demanda da sociedade. A escola tem que se adaptar ao aluno e não o aluno a escola, pois a mudança dessa postura de frente, depende de um trabalho complexo e de conscientização dos profissionais da educação; quando a escola desenvolve uma forma inclusiva para atender os seus alunos, eles acabam se adaptando a sua forma de comunicação com a sociedade. É sobretudo importante que não haja discriminação, pois todas as crianças precisam ser tratadas com dignidade. Não depende só das escolas, mas também dos professores e na forma de aprendizagem em sala de aula para que cada criança se adapte aos demais.

Durante essa pesquisa iremos observar o desenvolvimento de algumas crianças durante sua jornada em sala de aula, como estão se desenvolvendo em sala com os colegas de classe. Essas crianças além de terem acompanhamento especial, também exigem uma atenção maior em suas atividades desenvolvidas durante suas aulas, porém necessitam de uma sala de apoio para melhor desenvolver suas atividades. Com esses métodos poderemos ajudar tanto nossas crianças especiais como seus colegas de turma a se comunicarem entre si e entre a sociedade.

Essa pesquisa ajudará bastante tanto os alunos como os professores a lidar com as crianças surdas no seu cotidiano, se a inclusão realmente está sendo aplicada da maneira certa. É importante que toda criança tenha acesso à introdução

na Língua Brasileira de Sinais, para que assim vejam se os professores e os alunos estão preparados para receberem os colegas com essa deficiência, e se eles acreditam que está idéia realmente ajudara na inclusão dessas crianças.

Muito se fala na inclusão das pessoas surdas em ambientes escolares, onde, por intermédio de tradutor e interprete é possibilitada a comunicação das pessoas surdas e pessoas ouvintes. Porém, acreditamos que precisamos avançar com a inclusão e interação, pois, a inclusão é um movimento bilateral, onde ambos, precisam se adaptar um ao outro. Vivemos na era da inclusão, onde as pessoas com deficiência necessitam se preparar para assumir funções na sociedade e nos ambientes sociais. Para tanto, o ensino de LIBRAS nas escolas vêm com o intuito de proporcionar maior autonomia aos ouvintes e surdos de se comunicarem sem a presença de tradutor/interprete de LIBRAS.

A escolha do tema tem como escopo a precisão da implantação da nova disciplina nas séries iniciais, para melhor desenvolver a comunicação com nossas crianças surdas, e que as mesmas comecem desde cedo a terem contato com libras e saberem a se comunicar com as demais. Pois o objetivo é da inclusão da disciplina de Libras nas series iniciais e nas formações dos professores, tanto para aprimorar os nossos alunos como os professores. É preciso ressaltar que o surdo é aquele que teve perda total da audição e por isso não escuta nada.

Sobre a Educação Bilíngue para surdos, temos visto que esta tem sido uma forma de reconhecimento da luta das comunidades surdas concretizadas no Decreto Federal Nº 5626/2005, que preconiza escolas de educação bilíngue como aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa são línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo, no entanto uma realidade ainda muito distante.

CAPÍTULO 1 REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE LIBRAS E O ATO DE INCLUIR

De acordo com Delgado; Cavalcante (2011), é de suma importância que a escola receba a criança surda em um ambiente onde a mesma possa ter acesso à Língua de Sinais e posteriormente ao português, em outras palavras é fundamental nesse sentido, seguirmos algumas etapas, ou seja, muitas vezes as crianças surdas se comunicam em seu cotidiano fazendo uso de gestos, que não são referente a Língua de Sinais e assim esse “pré conhecimento” pode dificultar o aprendizado.

A diferença entre as crianças ouvintes, que chegam à escola falando português, as crianças surdas muitas vezes não têm o domínio adequado da sua língua; assim, a preocupação da escola deve ser criar um ambiente em que essas crianças possam adquirir primeiramente a Língua de Sinais e depois o português. (2011).

De acordo com Quadros (2003), Se as crianças surdas não tiverem desde cedo a aprendizagem de sua própria língua, terão dificuldade no que diz respeito ao seu desenvolvimento. Sem falar que as crianças irá se atrasar na alfabetização, tanto na aprendizagem como no seu convívio no dia a dia na sociedade.

As crianças surdas, assim como as ouvintes, precisam ter conhecimento de sua própria língua, pois sem esse conhecimento fica difícil as crianças surdas avançarem de maneira significativa nem com relação a Libras nem do aprendizado do português escrito, seja nos aspectos relativos à leitura e compreensão de textos, seja em relação à escrita e produção de texto. (2003).

De acordo com Frias (2010, p. 13) a inclusão dos alunos na escola regular devem contemplar mudanças no sistema educacional e uma adaptação no currículo, com alterações nas formas de ensino, metodologias adequadas e avaliação que condiz com as necessidades do aluno Surdo; requer também elaboração de trabalhos que promovam à interação em grupos na sala de aula e espaço físico adequado a circulação de todos. A inclusão deve ocorrer, ainda que existem desafios, com garantia de oportunidades ao aluno Surdos iguais aos do aluno ouvinte. A presença do aluno Surdo em sala exige que o professor reconheça a necessidade da elaboração de novas estratégias e métodos de ensino que sejam adequados à forma de aprendizagem deste aluno Surdo, o aluno está na escola, então cabe aos professores criar condições para que este espaço promova

transformação e avanços a fim de dar continuidade a um dos objetivos da escola, ser um espaço que promove a inclusão escolar.

De acordo com Delgado; Cavalcante (2011), a diferença entre as crianças ouvintes, que chegam à escola falando português, as crianças surdas muitas vezes não têm o domínio adequado da sua língua; assim, a preocupação da escola deve ser criar um ambiente em que essas crianças possam adquirir primeiramente a Língua de Sinas e depois o português.

De acordo com Quadros (2003), as crianças surdas, assim como as ouvintes, precisam ter conhecimento de sua própria língua, pois sem esse conhecimento fica difícil as crianças surda avançarem de maneira significativa nem com relação a Libras nem do aprendizado do português escrito, seja nos aspectos relativos à leitura e compreensão de textos, seja em relação à escrita e produção de texto.

De acordo com Tavares e Carvalho (2010, p.3 e 4), percebe-se que em nosso país, entre os documentos que compõem o conjunto de leis denominado Políticas Públicas e sua implementação. Há um grande fosso. Com as políticas públicas educacionais na área de educação de surdos, não é diferente. Há lei para acessibilidade que garante intérprete de Língua de Sinais/ Língua Portuguesa durante as aulas, materiais de informação aos professores sobre as especificidades do aluno/surdo etc. Mas, na prática, o que se percebe, é o aluno surdo mais excluído do que incluído nas salas de aula regulares, enfrentando dificuldades, que, muitas vezes os seus familiares é que tentam minimizar, buscando soluções nem sempre eficientes para ajudá-los. Por outro lado, professores, em sua maioria, sem conhecimento mínimo de Libras e, algumas vezes, subsumido por uma carga horária de trabalho exaustiva, não têm tempo para buscar uma formação continuada na área. As barreiras comunicativas, bem como o desconhecimento das necessidades educativas especiais na escola, acabam gerando dificuldades e equívocos relacionados ao atendimento educacional de alunos surdos.

1.1 Libras e suas características.

Não existem relatos específicos sobre a origem da Língua de Sinais, porém destaca-se o início de seu uso no ano de 1760 na cidade de Paris na França. Um órgão do Ministério da Educação (MEC), com a missão institucional de produzir, desenvolver e divulgar todos os possíveis conhecimentos científicos e tecnológicos

na área da surdez por todo o país, além da plena socialização e do respeito às pessoas surdas, foi criado com a denominação de Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), em 26 de setembro de 1857. Esse mesmo órgão estabeleceu o Oralismo em todas as disciplinas no ensino para surdos, cuja idéia principal defende que a melhor forma de ensinar o surdo é através da língua oral. Sobre isso, Sá (2002, p.58) diz que “o oralismo impõe a língua na modalidade oral, objetivando integrar o surdo na cultura ouvinte e o afastar da cultura surda”. Com o passar do tempo, chega ao Brasil a chamada comunicação total, cuja base acredita na utilização de qualquer recurso lingüístico com o intuito de facilitar a comunicação. Assim, o Oralismo, a quem se atribui uma considerável culpa do fracasso escolar das pessoas surdas, perde um pouco o espaço e surge mais uma tentativa no processo de ensino e aprendizagem dos surdos, dessa vez originando o denominado português sinalizado, gestos utilizados por aqueles que não conhecem a estrutura da língua de sinais. Capovilla e Raphael (2001, p. 1483) explicam que “a *filosofia educacional da Comunicação Total (1981) advoga o uso de todos os meios que possam facilitar a comunicação, desde a fala sinalizada, passando por uma série de sistemas artificiais, até chegar aos sinais naturais da Língua de Sinais*”.

Os resultados pouco satisfatórios de cada um desses métodos explanados até aqui fez com a educação voltada para os surdos adotasse o Bilingüismo, onde a LIBRAS aparece como língua materna e o português como segunda língua. O Bilingüismo é hoje o método mais utilizado nas escolas e é também aquele que mais valoriza as habilidades desempenhadas pelos alunos surdos, pois segundo Capovilla e Raphael (2001, p. 1486) o objetivo do www.conedu.com.br Bilingüismo é “*levar o Surdo a desenvolver habilidades, primeiramente em sua Língua de Sinais natural e, subseqüentemente, na língua escrita do país a que pertence*”.

Em meio a essa busca por tantos métodos para a educação de surdos, o que não se pode negar é que ao longo da história eles sempre foram muito discriminados, chegando, inclusive, a serem considerados incapazes de aprender na Antiguidade, tendo inclusive a língua de sinais sido proibida em decisão tomada no Congresso de Milão em 1880. Porém, no Brasil, depois de muitos movimentos em prol da mudança de concepção de surdez, Pereira (2011, p. 53) destaca [...] a aprovação da Lei Federal 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que prevê a formação de intérpretes de Língua de Sinais para possibilitar aos surdos o acesso à informação; da Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua

Brasileira de Sinais, como língua oficial das comunidades de surdos; e do Decreto Federal 5626 de dezembro de 2005, que regulamenta os dois documentos anteriores.

Com isso, vale lembrar que o Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, determina em seu artigo 3º que inclui a LIBRAS como disciplina obrigatória no currículo dos cursos de formação de professores e de profissionais da educação para o exercício do magistério e nos cursos de Fonoaudióloga.

Esses reconhecimentos documentados já são grandes avanços, mas é preciso efetivá-los na prática, respeitando os direitos das pessoas surdas na busca por uma educação realmente igualitária e, acima de tudo, inclusiva e não excludente.

CAPÍTULO 2 - ALGUNS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E UM POUCO DA HISTÓRIA DOS SURDOS

A priori podemos destacar que a comunidade surda ao longo do tempo tem passado por imensas dificuldades e desafios no que se refere à inclusão de modo geral. Sabe-se que pessoas surdas foram por décadas excluídas da sociedade, e sem sombra de dúvidas ainda são, ora por puro preconceito e discriminação, ora por não saberem lidar com tal situação.

A história nos mostra que pessoas surdas ou com qualquer outra deficiência foram sempre marginalizadas, isso incluindo todos os aspectos, quer sejam sociais, culturais, econômicos, políticos e educacionais. E, por conseguinte foram considerados por muito tempo incapazes de exercerem quaisquer tipos de profissão, bem como de exercerem seus deveres e de desfrutarem de seus direitos. O que se sabe é que por muito tempo a educação dos surdos era voltada especificamente para uma proposta oralista, ou seja, fundamentava-se na chamada “recuperação” dos surdos. Tendo esse objetivo, usava-se a pedagogia corretiva, que mais precisamente tinha como foco o disciplinamento do comportamento e do corpo para produzir surdos ocultáveis para a sociedade dos ouvintes. Assim percebe-se que são muitas as lutas políticas e sociais que os surdos têm enfrentado.

Temos vivido um tempo de transição, de mudança, e aqui cabe dizer que em todas as esferas da vida têm acontecido tais mudanças. O século XXI tem sido

marcado por estas mudanças e, como nosso foco aqui é inclusão, precisamos destacar que as mudanças no que refere a este assunto têm acontecido e, entendemos que estas são o resultado de anos de *lutas* em busca da garantia dos direitos ora adquiridos que, no entanto, muitos só existiam na teoria e outros nem assim, porque sabemos bem que pouco se falava e mais pouco ainda se vivia a inclusão, agora (esses últimos anos) muitos direitos tem sido efetivados. Um dos resultados deste processo de inclusão destaca-se no âmbito educacional.

Também podemos destacar o ano de 1970 e 1983 sendo considerados marcos na história da conquista dos direitos dos surdos no Brasil, pois foram respectivamente o ano que foi introduzida a Comunicação Total e criada a Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos. E ainda, 1987: Criada a FENEIS, que luta pelos surdos no nosso país. 2002: Através da FENEIS ocorre a oficialização de LIBRAS em todo território nacional. Tal Lei foi sancionada mais precisamente no dia 24 de abril de 2002.

Nos dias atuais temos a impressão que há muito mais deficientes que em anos anteriores, e, de fato há uma verdade nisso, que não vamos aqui abordar, mais o que queremos destacar mesmo é que em grande parte este número tem crescido a cada dia, simplesmente porque antes estas pessoas eram totalmente excluídas da sociedade, ou seja, não havia atividades sociais, não havia trabalhos, não havia escolarização e até no que se refere à saúde era extremamente difícil. Diante desta realidade percebe-se que a educação inclusiva assume a cada ano importância maior, dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia que só será alcançada quando toda sociedade, indiscriminadamente, aceitar o indivíduo com deficiência de forma igualitária, entendendo que sua *deficiência* de fato o limita a ter as mesmas habilidades que uma pessoa considerada *normal*, no entanto sua capacidade de aprendizagem não foi afetada no sentido de intelectualidade tendo a possibilidade de desenvolver-se, em especial, o aluno surdo, também tem sua potencialidade de aprendizado e esta, precisa ser bem explorada.

No que se refere a educação dos surdos no Brasil a política nacional preconiza a educação inclusiva. Especificamente sobre a forma de inserir os alunos surdos nas escolas de ensino regular tem surgido novos posicionamentos, isso acontece em decorrência da busca ao direito á educação de qualidade.

No que diz respeito a esfera política destacam-se algumas leis que foram promulgadas no final do século XX, todas com o objetivo de garantir direitos específicos para as pessoas surdas, nesse sentido podemos citar a Declaração de Salamanca.

Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. (1994,p.1)

Cabe ressaltar que outras políticas públicas que tratam diretamente de questões relacionadas à surdez, como exemplo, a Lei Nº 10.436 de 2002. Essa Lei reconhece que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é um meio de comunicação eficaz.

Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de signos. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas/cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares. (BRASIL,1994)

Sobre a educação a Constituição de 88 assegura em seu Artigo 205 e 206 que é direito de todos e dever do Estado, da família e que será ministrada com base em vários princípios, dentre os quais a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

É importante também destacar alguns pontos da Declaração de Salamanca.

O direito de todas as pessoas à educação. Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e renovando o empenho da comunidade mundial, na conferência mundial sobre educação sobre Educação para Todos, de 1990, de garantir esse direito a todos, independentemente de suas diferenças particulares; cremos e proclamamos que:

- todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos;
- cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios;
- os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades;
- as escolas comuns, com essa orientação integradora representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, de construir uma sociedade integradora e de dar educação para todos; além disso proporcionam uma educação efetiva à maioria das

crianças e melhoram a eficiência e, certamente, a relação custo – benefício de todo sistema educativo. (Brasil, 1994, p. 9-10)

Sabemos que a educação é a base do desenvolvimento de qualquer sociedade, tendo um papel fundamental no compromisso com a garantia de direitos e a formação de todos os cidadãos. De acordo com Libâneo.

A educação deve ser entendida como fator de realização da cidadania, com padrões de qualidade da oferta e do produto, na luta contra a superação das desigualdades sociais e da exclusão social. (LIBÂNEO, 2003, p.65)

Diante disso, os conceitos apresentados mostram que a Educação passou, em seus respectivos momentos históricos, por transformações diversas: seja na abordagem do ato de educar, seja na forma como os referidos teóricos encaravam o processo educativo como um todo.

A educação é o caminho para que o homem possa evoluir, portanto, para que seja efetivado torna-se indispensável à existência de uma escola com acesso ampliado a todos a partir do empenho do poder público em promover uma prestação educacional de qualidade, colocando-a ao dispor de quem quer que seja.

A nova LDB exige redefinição de responsabilidades dos vários sistemas de ensino (federal, estadual e municipal), ressaltados nos art. 8º, 9º, 10º e 11º, bem como as novas responsabilidades da escola, no intuito de buscar fortalecê-las, de forma gradativa.

Olhando para a trajetória do processo educacional no Brasil vimos que as desigualdades sociais sempre estiveram presentes na sociedade e assim restringiam e excluíaam as pessoas, hoje, no entanto busca-se incluir na educação e em todos os outros setores da vida.

A educação organizada sob a forma de política pública se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista. A partir das lutas sociais, em especial da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, tornou-se também condição importante nos processos de produção de uma consciência própria autônoma, por parte desta própria classe e de suas frações. Um território disputado pelas classes sociais fundamentais, cujas lutas se expressam em diferentes contornos e processos que a política educacional assumiu ao longo da história. Deste modo, compreender a trajetória da política educacional é um esforço que requer mais do que o resgate de uma história marcada por legislações e mudanças institucionais instáveis, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir de sua singular inscrição nos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na

realidade brasileira. (ALMEIDA,2011,p.12)

No Brasil a educação é um direito garantido por lei, no entanto vale lembrar que nem sempre é acessível a todas as camadas da sociedade de forma igualitária. É de fácil percepção as contradições e distorções a cerca do acesso e permanência da população no banco escolar, principalmente quando falamos de população carente e mais ainda carente e com alguma deficiência. A educação é um direito social e apresenta vários níveis, como explicitado na LDB.

Desde sua promulgação, 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vem redesenhando o sistema educacional brasileiro em todos os níveis: da creche, desde então incorporada aos sistemas de ensino, às universidades, além de todas as outras modalidades de ensino, incluindo a educação especial, profissional, indígena, no campo e ensino a distancia. (LDB,2010,p.03)

Tem-se constatado que o tema aqui abordado de certa forma é novo no âmbito educacional, pois antes a surdez era objeto de estudo apenas na área médica.

Sabe-se que ao receber o diagnóstico de surdez, a pessoa também se apropria de alguns “medos” pré construídos culturalmente em relação ao ser surdo, como por exemplo, a *“impossibilidade de falar, de aprender, falta de inteligência, insucesso na escola, incapacidade de conseguir um bom emprego, etc.”* (SANTANA, 2007, p.13)

Diante desta constatação percebemos o quanto é importante o surdo está inserido no contexto educacional, haja vista que este ambiente pode proporcionar desenvolvimento para tal pessoa, o fato de estar com outras pessoas e de se sentir parte do todo faz com que a pessoa surda se sinta importante, consiga *“enxergar”* seu valor, sua potencialidade, pois conforme relata Sá, *“as identidades dos surdos não se constroem no vazio, formam-se no encontro com os pares e a partir dos confrontos com novos ambientes discursivos”*.

2.1- Os desafios da educação inclusiva

No que se refere a educação escolar no Brasil, estamos vivendo um momento complexo, portanto difícil. Esta dificuldade se dá principalmente na efetivação da educação inclusiva, ou seja, na efetivação dos direitos. Percebemos que há uma grande 'distância' entre o discurso e a prática propriamente dita. Diante disso entendemos que para alcançar qualidade no ensino, principalmente no que diz respeito à educação especial é fundamental que o discurso se complemente com a prática.

Não há educação para todos sem um compromisso social de torná-la realidade, nem é a mera convicção teórica que faz que um direito seja respeitado. Seu cumprimento se dá o dia a dia, em nossa maneira de agir e de conquistar espaços democráticos, em que a vida pessoal e coletiva se expressa plenamente na liberdade, na solidariedade e na participação cidadã. (MACHADO, 2009, p.11)

Nessa implementação da inclusão escolar, tem surgido e, ainda há de surgir muitas mudanças no âmbito educacional. Nesse sentido podemos destacar a quebra de paradigmas, uma vez que na inclusão escolar leva-se em conta a subjetividade e a multidimensionalidade humana. Segundo Machado (2009, p.14) *existem alguns movimentos que visam romper com o paradigma educacional dominante e que propõem outros modos de pensar a escola. Eles buscam outros modos de conceber o conhecimento escolar e revêem seus sistemas de avaliação, promovendo uma releitura dos processos de ensinar e aprender.*

Sobre inclusão escolar temos compreendido que esta é uma inovação educacional. Esta *inovação* causa a priori uma crise, haja vista que tal inclusão defende o direito às pessoas com deficiência de frequentarem a escola regular, tendo nesse uma revisão dos serviços de educação especial bem como sua ressignificação, em outras palavras podemos dizer que é necessário que haja coerência entre teoria e prática. Como aborda MITTLER.

A inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o nível de aquisição educacional ou a deficiência. (2003,p.34)

A educação brasileira encontra grandes dificuldades em melhorar sua qualidade e eficiência. As necessidades da educação são muitas em todo o país, sendo assim, a política de educação deve buscar estratégias para viabilizar o processo de construção da cidadania

De acordo com Piaget (1998) *“a aprendizagem é um processo de desenvolvimento intelectual, que se dá por meio das estruturas de pensamento e está estritamente relacionada à ação do sujeito sobre o meio, partindo do princípio de interação de Vygotsky, e acontece em etapas: assimilação, acomodação e equilíbrio”*.

O educador é o mediador e responsável pela construção do conhecimento, interação e socialização dos alunos, daí a importância da atuação deste profissional neste processo.

O ambiente escolar é extremamente importante para a criança. A escola é considerada um dos agentes de integração da criança na sociedade. Desta forma constatamos que a escola precisa preparar os seus professores para trabalhar melhor com os alunos, a começar na alfabetização.

Temos aprendido que o ambiente escolar é um ambiente de diversidade, onde os indivíduos, com diferentes valores, raças, culturas e perspectivas de vida, se reúnem com o intuito do aprimoramento intelectual, sendo assim é importante fazer valer o direito que todos têm.

A educação é à base do desenvolvimento de qualquer sociedade, tendo um papel fundamental no compromisso com a garantia de direitos e a formação de todos os cidadãos.

Outro autor que trabalha o tema em questão é Sasaki (2002), em sua abordagem diz: *“a escola precisa oferecer oportunidades de desenvolvimento de comportamentos e atitudes, baseado na diversidade humana e nas diferenças individuais de seus estudantes”*.

No que se refere a escola, entende-se que estas precisam ter propostas de trabalho que valorizem o que o aluno já adquiriu, assim os educadores são capacitados para entender seus alunos, respeitando a individualidade de cada um. É por isso que o ambiente escolar deve proporcionar aos seus alunos sentimentos positivos.

A criança em desenvolvimento sofre influências marcantes de duas instituições principais: a família e a escola. Esta reflete os valores culturais da sociedade e se relacionam com a cultura de uma maneira complexa. (SCHMITZ ALVES, 2015.p.5)

Com isso constatamos que há uma urgência para a implementação de políticas públicas no que se refere a educação e, mais especificamente a busca de estratégias para viabilizar o processo de construção da cidadania.

Há algumas ações que escola precisa implementar neste caso podemos destacar o Decreto 5626/2005

O Decreto nº 5.626 de 22/12/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, em seu capítulo VI, artigo 22 determina que se organize, para a inclusão escolar:

"I – escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
II – escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes de diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como a presença de tradutores e intérpretes de Libras – Língua Portuguesa." (NOVAES, 2010 p.73)

No processo de ensino/aprendizagem o ensino fundamental é extremamente importante haja vista que é nesse período que inicia o processo de aquisição da alfabetização e também do letramento. É, portanto nesse momento que começam a surgir as dificuldades. Em decorrência destas dificuldades, geralmente os alunos não alcançam os resultados esperados. Daí a importância de detectar logo tais dificuldade e trabalhar cm o intuito de saná-los.

2.2 – Definição e alguns aspectos importantes.

O conceito de surdez como qualquer outro conceito, sofre mudanças ao longo dos tempos. Historicamente definimos a surdez dentro de uma visão clínico - terapêutica – são consideradas deficientes auditivos aquelas pessoas que apresentam *“perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido”* (Brasil, 1999). Assim, a surdez pode ser classificada como leve/moderada e severa-profunda.

Diante do que temos estudado podemos definir “línguas de sinais” como um sistema lingüístico usado para a comunicação entre pessoas surdas e são

adquiridas como primeira, e por outro lado é usado como recurso de comunicação entre ouvintes e surdos. É importante ressaltar que a língua de sinais, no caso a brasileira – LIBRAS, não é apenas sinais, gestos ou mímicas, pois tem toda uma estrutura gramatical.

Sobre o bilingüismo entende-se que a abordagem educacional por meio dele tem como objetivo capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas: A língua de sinais e a língua da comunidade ouvinte. Desta forma o bilingüismo é uma proposta educacional que requer inúmeras mudanças no que se refere ao sistema educacional para surdos. Bilingüismo é, portanto, basicamente a situação lingüística em que o individuo faz uso alternadamente de duas ou mais línguas para se comunicar. É também considerado como uma proposta de ensino, na qual a escola contemple duas línguas, ou seja, torne acessível para a língua de sinais como sendo a língua natural.

Na concepção de Kyle (1999) toda criança surda deve ser bilíngüe, haja vista que o desenvolvimento escolar só será completo se de fato a língua de sinais for considerada a língua materna ou primeira língua.

Segundo o documento *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2007) a educação bilíngüe desenvolve o ensino escolar na língua portuguesa e na língua brasileira de sinais. Com base nesse documento entende-se que a língua portuguesa deve ser ensinada como segunda língua e na modalidade escrita para os alunos surdos e ainda, prevê os serviços de tradutor/interprete de Libras e língua portuguesa e o ensino de Libras para os demais alunos da escola.

Tomando como pressuposto a concepção de Santana (2007) entende-se que o bilingüismo traz á tona um novo debate no âmbito educacional, especialmente na área da surdez, como nos mostra,

O bilingüismo inaugura um novo debate na área da surdez: ele defende a primazia de uma língua sobre a outra, ou seja, da língua de sinais sobre a língua portuguesa, antes aprendida simultaneamente, na comunicação total, ou isoladamente – a linguagem oral, no oralismo, ou a língua de sinais, quando se afirmava que o surdo não aprenderia jamais a falar. (SANTANA, 2007,p.166)

Sabe-se que a partir do século XX a concepção sobre bilingüismo tomou uma proporção bem mais ampla que nos últimos séculos. De acordo com o dicionário

Oxford (2000:117) *bilíngüe* é definido como: “*ser capaz de falar duas línguas igualmente bem porque as utiliza desde muito jovem*”. Na visão popular, ser bilíngüe é o mesmo que ser capaz de falar duas línguas perfeitamente.

Segundo Quadros (1997), a educação bilíngüe para surdos considera que, inicialmente, os surdos devam desenvolver a língua de sinais como primeira língua (L1), no contato com surdos adultos usuários da língua. A partir de L1, os surdos são expostos ao ensino da linguagem escrita e, para tal, faz uso da língua portuguesa, entendida pela comunidade surda como segunda língua (L2). Considera-se, porém, nas práticas bilíngües para surdos às particularidades e a materialidade da língua de sinais como natural, além dos aspectos culturais a ela associados. Assim sendo, o bilingüismo aponta a língua de sinais como sendo a língua dos surdos.

Língua natural, aqui, deve ser entendida como uma língua que foi criada e é utilizada por uma comunidade específica de usuários, que é transmitida de geração em geração, e que muda – tanto estrutural como funcionalmente – com o passar do tempo. (SÁ, 2002, p.21).

Quando se defende a língua de sinais como primeira língua, não se está afirmando que o desenvolvimento cognitivo depende exclusivamente do domínio de uma língua, mas se está crendo que dominar uma língua garante melhores recursos para as cadeias neuronais envolvidas no processo de aquisição do conhecimento, como esclarece Sá (2002):

O que pretendem os defensores do bilingüismo é garantir uma língua para dar bases sólidas ao desenvolvimento cognitivo do indivíduo. Caso a criança surda tenha uma língua natural, ela contará com a base para a aquisição de uma segunda língua, pois terá as condições ótimas para o desenvolvimento de sua cognição, de sua autoestima de sua identidade (SÁ, 2002, p.23).

Uma educação bilíngüe é muito mais que o domínio e uso, em algum nível, de duas línguas, é também um intercâmbio cultural, no qual ouvintes e surdos interajam e mutuamente se enriquecem. Como relata Souza .

“a partir do momento em que os surdos passaram a se reunir em escolas e associações e se constituíram em grupo por meio de uma língua, passaram a ter a possibilidade de refletir sobre um universo de discursos sobre eles próprios, e com isso conquistaram um espaço favorável para o desenvolvimento ideológico da própria identidade”. (Souza, 1998, p. 23)

Trabalhar a inclusão é algo desafiador, como já temos falado ao longo deste trabalho, no entanto é sobretudo recompensador, pois vê alguém antes marginalizado se envolvendo ativamente na sociedade, buscando seus direitos é realmente uma grande superação.

No que se refere ao uso de duas línguas, os estudos, e principalmente as experiências tem nos mostrado que o bilingüismo vai além do simples uso de duas línguas, assim sendo consiste em primeiro lugar na aquisição da língua de sinais. Como ressaltamos anteriormente um dos objetivos do bilingüismo é proporcionar à pessoa surda a oportunidade de comunicar-se fluentemente na língua materna, bem como na língua oficial de seu país. Para tanto é fundamental que ocorra algumas mudanças no sistema educacional, como relata Lacerda & Mantelatto.

O bilingüismo visa à exposição da criança surda á língua de sinais o mai precocemente possível, pois esta aquisição propiciará ao surdo um desenvolvimento rico e pleno de linguagem e, conseqüentemente, um desenvolvimento integral. (2000,p.21)

Segundo Almeida (2002),

“o bilingüismo baseia-se no reconhecimento do fato de que as crianças surdas são interlocutoras naturais de uma língua adaptada à sua capacidade de expressão. Assim sendo, a comunidade surda propõe que a língua de sinais oficial do seu país de origem lhes seja ensinada, desde a infância, como primeira língua. Reconhece ainda o fato de que a língua oral oficial do seu país não deve ser por ela ignorada, pelo que lhe deve ser ensinada, como segunda língua. Os bilingüístas defendem que a língua de sinais deve ser adquirida, preferencialmente, pelo convívio com outros surdos mais velhos, que dominem a língua de sinais”. (2002,p.17)

Sob a ótica de que todos têm direito à educação de qualidade, entendemos que todas as escolas precisam e devem se reestruturar constantemente, haja vista que nessa reestruturação é necessário avaliar as dificuldades bem como as diversidades de cada aluno. O bilingüismo é uma proposta que vem ganhando força na última década principalmente no âmbito nacional.

De acordo com a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil os alunos com deficiência devem preferencialmente ser matriculados em escolas da rede regular de ensino. (LDB,1996).

Percebemos também que muitos surdos ainda chegam nas escolas sem terem uma língua constituída, apenas com uma linguagem gestual adquirida no seio

familiar. E aqui mais uma vez ressaltamos a importância da escola na vida destas pessoas, uma vez que é no ambiente escolar que elas terão oportunidade e serão despertadas para conhecerem a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais. Conforme Silva (2005), o diálogo no ambiente escolar é importante à medida que a linguagem se constitui na interação com os outros sujeitos.

A escola é a responsável pela aquisição e o desenvolvimento da língua própria dos surdos, pois, conforme já foi afirmado, a maioria das crianças chega ao ambiente escolar sem uma língua constituída, devido ao fato de, no convívio diário, não dispor da língua de sinais para desenvolvê-la como L1 e de a modalidade oral ser-lhe inacessível. (ALMEIDA, 2013, p.126)

Segundo Brito (1993) no bilingüismo a língua de sinais é considerada uma importante via para o desenvolvimento do surdo, em todas as esferas de conhecimento, e, como tal, “propicia não apenas a comunicação surdo – surdo, além de desempenhar a importante função de suporte do pensamento e de estimulador do desenvolvimento cognitivo e social”. Nesse contexto se configura mais uma vez a importância da inserção do aluno surdo no campo educacional.

2.3 – O professor frente ao desafio de incluir.

No âmbito educacional, embora haja uma equipe multidisciplinar, podemos afirmar que o professor constitui um dos pilares centrais, e portanto de suma importância no processo ensino aprendizagem no que concerne ao a inclusão dos alunos com deficiência. Diante do “*despertamento*” de pessoas com necessidades especiais em busca da efetivação de seus direitos, bem como de seus cumprimentos temos vivenciado principalmente no campo educacional mudanças, as quais acontecem constantemente, estas tem resultado em um novo modelo educativo. Este modelo tem em seus objetivos os anseios da educação inclusiva na tentativa de oferecer um serviço de qualidade para todos. Vale ressaltar que isto tem acontecido, em especial porque cada cidadão tem buscado a garantia de seus direitos, como destacamos acima.

Sobre a capacitação do professor entende-se que deve ser constante, haja vista que mudanças acontecem a cada dia, e, assim sendo se faz necessário a

preparação do professor para que esteja apto a receber e lidar com tais situações.

Segundo Lidia Martins da Silva (2009),

“a construção do conhecimento, portanto não está apenas nas mãos daqueles que repassam o conteúdo, precisamos de pessoas preparadas para ensinar sim, mas acima de tudo aprender, de falar aos seus ouvintes, mas também que saiba escutá-los, ver, mas querendo também enxergar o outro e também a si mesmo, pois é neste momento que há a interação aluno versus professor e a construção do saber”.(2009,p.46)

O desenvolvimento da criança depende muito do que os professores oferecem, por isso é de extrema importância o educador envolver os alunos das mais variadas formas com a finalidade de proporcionar o progresso dos mesmos.

No que se refere à formação dos professores é de fato, um grande desafio. Este desafio requer que o professor busque constantemente uma revisão da própria prática, assim sendo, faz-se necessário que este profissional busque sempre confrontar suas experiências e assim procure complementá-las.

Nesse sentido destaca-se os Ensaio Pedagógicos.

O currículo de acordo com os Ensaio Pedagógicos constitui a partir do [...] que é aprendido e ensinado (contexto); como é oferecido (métodos de ensino e aprendizagem); como é avaliado (provas, por exemplo) e os recursos usados (ex. livros usados para ministrar os conteúdos e para o processo ensino-aprendizagem). (BRASIL, 2006).

Quando falamos sobre capacitação do professor, é importante destacarmos que para trabalhar no ensino regular o professor recebe uma capacitação e no trabalho inclusivo é necessário uma outra capacitação, isto acontece em decorrência da necessidade que surge frente às características individuais do aluno com a deficiência.

3. METODOLOGIA DE ENSINO DE LIBRAS PARA PROFESSORES OUVINTES

3.1 Relação escola - professor – aluno surdo.

Quando pensamos em educação, logo pensamos na relação existente entre o professor e o aluno, entendemos que o professor na condição de educador é o mediador responsável pela construção do conhecimento, interação e socialização

dos alunos, e nesse cenário destaca-se a importância da atuação deste profissional neste processo. No que se refere a essa relação também precisamos destacar a importância da escola, haja vista que esta tem por objetivo oferecer a todos os alunos caminhos de aprendizagem, pois “todos” tem direito a ter acesso ao conhecimento. Aqui, precisamos ressaltar que o direito a educação é garantido por lei a todas as pessoas e, assim sendo o campo educacional precisa estar apto a receber todos do seu público alvo. Vale dizer também que a escola não pode apenas “receber” e sim oferecer uma educação de qualidade que alcance o seu objetivo de educar, socializar, entre outros e, desta forma proporcionar o desenvolvimento adequado

Segundo Mantoan (1997), o processo de inclusão exige da escola novos recursos de ensino e aprendizagem, concebidos a partir de uma mudança de atitudes dos professores e da própria instituição, reduzindo todo o conservadorismo de suas práticas, em direção de uma educação verdadeiramente interessada em atender às necessidades de todos os alunos.

Sempre que tratarmos sobre a relação entre professor e aluno, é preciso pensarmos um pouco sobre a formação destes profissionais. Diante disso Cartolano (1998) enfatiza,

“...diante da aceleração das mudanças, das novas descobertas das ciências e das tecnologias modernas, é preciso que estejamos sempre de espírito aberto à busca incessante de novas respostas que nos ajudem a repensar o velho e a enfrentar o novo”. (CARTOLANO, 1998, p.38)

Já especificamente sobre a integração educacional dos alunos com necessidades especiais nas escolas, acontece principalmente quando se trata de exigências de condições educacionais favoráveis para esses alunos.

Um ensino de qualidade provém de iniciativas que envolvem professores, gestores, especialistas, pais e alunos e outros profissionais que compõem uma rede educacional em torno de uma proposta que é comum a todas as escolas e que, ao mesmo tempo, é construída por cada uma delas, segundo as suas peculiaridades. (Noronha, 2015, p.08)

Ao longo da realização deste trabalho constatamos que a escola deve estar constantemente se preparando para receber alunos como necessidades especiais. *“As práticas pedagógicas em uma escola inclusiva precisam refletir uma abordagem*

mais diversificada, flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional". (PACHECO,2007, p. 15).

Ao pensarmos na relação entre professor e aluno é inevitável não pensarmos no ambiente onde essa relação se concretiza, ou seja, no ambiente escolar. Nessa relação o ambiente escolar é extremamente importante para os educandos, em especial. Esse ambiente sabemos, que é um lugar de possibilidades, em outras palavras possibilita ao aluno desenvolvimento em todas as áreas da vida, é também como já citamos anteriormente, um lugar onde a diversidade se encontra, ou seja, raças, culturas, valores, princípios.

Olhando por esse prisma, entende-se que as escolas, mais especificamente os profissionais que nelas atuam precisam buscar capacitação constantemente para entender seus alunos, respeitando a individualidade de cada um.

3.2 O processo de inclusão em Araguaína.

O assunto tratado aqui é vasto, complexo e por isso não se esgota. Para delimitarmos o foco deste trabalho estamos trabalhando com o intuito de provocar uma reflexão sobre a realidade da inclusão social de alunos surdos tomando como pressuposto a comunicação de professores ouvintes com alunos surdos na cidade de Araguaína. Nesse contexto, podemos destacar entre outras escolas a Escola Estadual Modelo.

Pioneira na cidade no que se refere ao atendimento em educação especial. Observamos que a Escola Estadual Modelo no intuito de respeitar as diferenças, bem como as limitações de cada aluno, tem se preocupado em oferecer um serviço de qualidade, para tanto buscou realizar entre outras coisas, adaptações estruturais e principalmente no que diz respeito a capacitação de toda a equipe educacional, tudo isso com o objetivo de proporcionar o acesso e mais que isso, a permanência dos alunos

No que se refere a proposta de inclusão no que diz respeito a educação, a escola citada tem se destacado na cidade, uma vez que desde sua criação tem se preocupado em atender crianças com necessidades especiais, é importante destacarmos que esta iniciativa se deu em parceria com a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

A escola em destaque possui professores especializados para ensinar alunos com deficiência, que atende na sala de recursos AEE – Atendimento Educacional Especializado, que conta com salas de recursos multifuncionais.

No que diz respeito ao ensino de libras para surdos constatamos que este é realizado por profissional especializado, este atendimento se dá em grupo ou individual, dependendo da desenvoltura intelectual de cada aluno.

Diante desta realidade notamos que a Escola Estadual Modelo tem primado pelo convívio com a diversidade, sabendo que este convívio possibilita a cada aluno a socialização que cada um necessita isto acontece em detrimento de suas limitações, também podemos constatar que outra razão de tudo isso é o fato da escola está sempre se baseando na LDB.

Sobre a educação inclusiva o que temos presenciado é que cada vez mais as pessoas com deficiências, bem como suas famílias tem buscado a efetivação de seus direitos, o que inclui claro, a educação, por outro lado as entidades, instituições, ou seja, a sociedade de modo geral tem procurado oferecer seus serviços a todos, assim dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de constante mudança constatamos que as pessoas com limitações tem sido cada vez mais reconhecida.

Neste cenário onde a inclusão tem alcançado cada vez mais seu espaço, tem surgido a necessidade de uma reestruturação constantemente, no que se refere ao espaço físico, bem como à capacitação dos educadores e, também ao material que deve ser usado com os alunos que necessitem de atendimento diferenciado. Na escola em questão, encontramos algumas destas adequações.



Fig. 1. Sala de atendimento para surdos. Org. Mariza.



Fig. 2. Material Pedagógico para surdos. Org. Mariza.

No que se refere ao processo de ensino e aprendizagem do surdo é fundamental valorizarmos a memória visual utilizando diversos recursos pedagógicos.



Fig. 3. Livros usados na educação dos surdos. Org. Mariza.

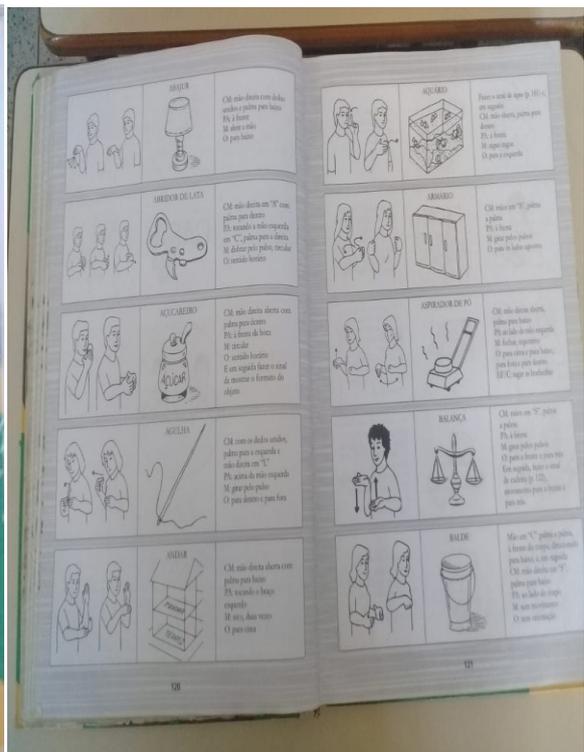
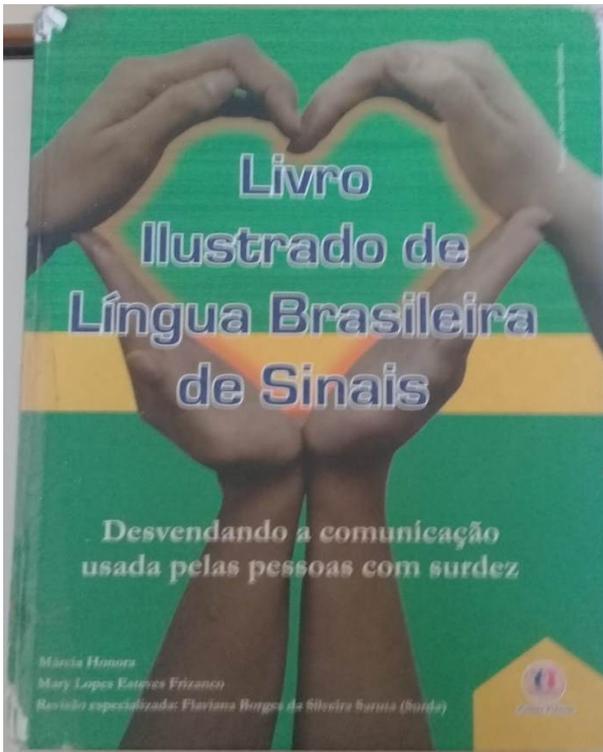


Fig. 4. Livros Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais. Org. Mariza.

3.3 Metodologia

Essa pesquisa é de caráter qualitativo, o campo de pesquisa será escolas Municipais/Estaduais na cidade de Araguaína do estado do Tocantins, tem como escopo a precisão da implantação de uma nova disciplina nas séries iniciais, para melhor desenvolver a comunicação com nossas crianças surdas, e que as mesmas comecem desde cedo a terem contato com libras e saberem a se comunicar com as demais. Pois o objetivo é da inclusão da disciplina de Libras nas séries iniciais é para que os professores-ouvintes tenham mais capacitação para atender nossos alunos/surdos em sala, e que as formações continuadas sirvam para aprimorar tanto nossos alunos como os professores.

Para recolher as informações necessárias foram realizadas observações em sala de aula e perguntas aos professores-ouvintes, através de questionário, sobre a didática, métodos de ensino para o aluno/surdo mesclados em sala de ouvintes.

A escola como espaço de construção de saberes é fundamental, bem como os atores que nela está incluída. Assim, destaca-se a prática docente como resultado de uma articulação de um conjunto de fatores, dentre os quais estão: o conhecimento científico, o saber pedagógico e a experiência definida pela história de vida de cada educador e/ou educando.

Para se construir uma escola inclusiva(...) é necessário que se tenha vontade e que esta esteja aliada a elementos essenciais como: anseio de que as coisas realmente aconteçam, perseverança, fé, entusiasmo, superação, não pode haver nenhum tipo de discriminação ou preconceito. (BENACHIO,2012, p.153)

É no âmbito educacional que os saberes se encontram, ou seja, o formal e o sistemático. Na prática docente é imensamente importante realizar a ligação entre os dois. Diante disso, buscamos interagir através de questionário com os atores envolvidos nesse contexto, ou seja, aluno surdo, interprete e professor ouvinte. A metodologia usada nas entrevistas foi em forma de perguntas desenvolvidas e elaboradas pela autora deste trabalho. Optamos por fazer uso do anonimato das pessoas entrevistadas com o intuito de preservá-las.

Observa-se, a partir das respostas produzidas nos questionários que é um verdadeiro desafio trabalhar na educação, mais especificamente diretamente com

pessoas com necessidades especiais, uma vez que, os recursos muitas vezes são limitados, notamos que o respeito pelo o aluno é visível, assim como a força de vontade dos educadores em ensinar, mas, o que mais nos chamou a atenção foi o “preparo”, ou melhor o “despreparo” ou seja, a capacitação dos educadores.

3.4 É sempre preciso avançar

Observamos também de acordo com as respostas que não há problemas de relacionamento com os colegas surdos, pelo contrario há um “esforço” para se comunicarem, de forma geral todos demonstram interesse aprender a LIBRAS, com o objetivo de estreitar os laços afetivos. Porém é interessante ressaltar que esse grupo acredita numa efetiva compreensão de todas as questões e situações que são colocadas oralmente

Constatamos que, em sua grande maioria, os professores, quando muito tem, têm o curso básico de Libras – Língua Brasileira de Sinais.

Ao logo da pesquisa observei que as assistentes e professores não estão sendo capacitados e nem tampouco tem formação, o que a propósito já havíamos ressaltado no desenvolvimento do trabalho, para melhorar sua metodologia de ensino com essas crianças, pois a maioria das vezes elas improvisam. Temos mais que olhar para esses alunos, pois eles têm os mesmos direitos das outras crianças “normais”, nós enquanto professores devemos *cobrar* mais por formações nesta área.

Verificamos no breve momento que passamos na Escola em questão, que apesar de ser uma escola referência na cidade, ainda está em déficit com a inclusão propriamente dita, pois como já citamos ainda há muito o que melhorar, pois com isso nossos alunos surdos acabam não sendo alfabetizados da maneira certa e muito menos aprendem libras, pois se nós enquanto professores não temos pelo menos o básico ficará difícil de ensinar o que não sabemos.

No entanto não depende só de nós professores, mas, também do apoio da família para ajudar o nosso aluno, pois não adianta os pais só largarem os seus filhos em sala de aula e não acompanhá-los em casa, mas não entraremos neste assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi abordado neste trabalho entendemos que o processo de construção de uma educação inclusiva nas escolas de ensino regular da rede pública de educação no Brasil deve começar a partir do reconhecimento das suas diferenças significativas com o convívio e o enfrentamento de novos desafios em um mundo globalizado. Assim, podemos dizer que a concepção que existia há alguns anos sobre os surdos, já não deve ter mais efeito sobre a sociedade, haja vista, que a idéia dos surdos terem que ser “curados” para só então serem inseridos na sociedade não faz sentido e partindo desse pressuposto, entende-se que os surdos assim não pode viver à margem da sociedade, pelo contrário, fazendo uso de seus direitos precisam estar inseridos e incluídos na sociedade onde vivem. Desta forma, todo e qualquer preconceito deve ser superado. Aqui, podemos destacar o direito que está assegurado em Lei previsto pelo Decreto nº 5.626/05, que além de regulamentar a Lei nº 10.436/02 e o artigo 18 da Lei nº 10.098/00 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e sua inclusão nas escolas, assim como toda a estrutura curricular nas grades de nível médio e superior. Esta lei garante o direito, ao aluno Surdo de ser acompanhado por um intérprete/tradutor nas interlocuções entre ouvintes e surdos dentro do ambiente escolar.

Ao longo da realização deste trabalho, constatamos que os educadores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos, e vale dizer que neste caso foram três profissionais entrevistados. precisam constantemente buscar conhecimentos e informações, para assim alcançar o objetivo em educar e incluir. Na entrevista realizada com o aluno surdo, tivemos o auxílio de um intérprete.

De forma geral percebemos que o “olhar” voltado para as pessoas com necessidades especiais atualmente tem um foco bem diferente que de há alguns anos, pois através das pesquisas realizadas para a conclusão deste trabalho percebemos que tais pessoas não eram consideradas nem tampouco sujeitos capazes de tornarem-se atuantes na sociedade e, diante disso eram totalmente excluídas.

Quando pensamos em realizar um trabalho mais próximo do aluno surdo, para assim então ter fundamentação, pensamos na Escola Modelo em Araguaína,

pois esta é considerada referência na comunidade local no que diz respeito ao atendimento às pessoas com algum grau de deficiência visual e/ou auditiva.

A educação especial, assim como todas as demais áreas do saber, encontra-se em desenvolvimento. O fato é que ainda há muito o que fazer, ainda há muito o que avançar, porque afinal de contas, pessoas com necessidades especiais, surdos ou com qualquer outra deficiência podem tornar-se atuantes na sociedade.

Aqui consideramos importante reforçar o que anteriormente havíamos falado sobre a adequação que precisa acontecer no âmbito educacional, pois bem, a escola tem que se adaptar ao aluno e não o aluno a escola, pois a mudança dessa postura de frente, depende de um trabalho complexo e de conscientização dos profissionais da educação; quando a escola desenvolve uma forma inclusiva para atender os seus alunos.

Com tudo isso, constatamos que os desafios frente ao ato de incluir é imenso, desta feita acreditamos que precisamos avançar com a inclusão e interação, pois, o processo de inclusão exige que todos os atores envolvidos no processo estejam cientes de sua importância, e, assim busquem capacitar-se de todas as formas com o propósito de fazer valer os direitos adquiridos destas pessoas.

Por fim, gostaria muito que nós enquanto professores olhássemos mais por nossas crianças surdas e não excluí-las, somos educadores e com isso formaremos formados de opiniões para toda a sua vida. Vamos cuidar e incluir melhor nossos alunos surdos em suas atividades em sala ou fora dela, pois eles são o futuro do amanhã.

REFERENCIAS

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição:** República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico

CARTOLANO, Maria Teresa Penteadó. **Formação do educador no curso de pedagogia: a educação especial.** Cadernos CEDES, Campinas, v.19, n.46, set. 1998.

DELGADO, Isabelle Cahino; CAVALCANTE, Mariane Carvalho Bezerra. **A construção do aprendiz surdo na perspectiva da alfabetização e do letramento.** In: FARIA, Maria de Brito; CAVALCANTE, Mariane Carvalho Bezerra.. **Desafios para uma nova escola: um olhar sobre o ensino-apredizagem de surdos.** João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2011, p.65-108. Disponível em: Acesso em 05/03/2018

FONTOURA, Amaral. **Diretrizes e bases da educação nacional : introdução, crítica, comentários, interpretação.** Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1968

KUMADA, Kate Mamhy Oliveira; **Libras- Língua Brasileira de Sinais/** Kate Mamhy. Oliveira Kumada. –Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016. 256 p. Disponível em: Acesso em 05/03/2018

MACHADO, Rosângela. **Educação na Escola Inclusiva: Políticas, Paradigmas e Práticas.** 1.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. (Org.). 1997. **A integração de pessoas com deficiência.** São Paulo: Memnon. SENAC.

NORONHA, Eliane Gonçalves; PINTO, Cibele Lemes. **Educação Especial e Educação Inclusiva: Aproximações e Convergências.** 2015

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436 de 24/04/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, D.O.U de 23/12/2005, Brasília.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade, D.O.U de 20/12/2000, Brasília.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências, D.O.U de 25/04/2002, Brasília

QUADROS, Ronice Muller. **Educação de surdos: aquisição da linguagem** – Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão.***Ponto de Vista*, Florianópolis, nº 5, p. 81-111, 2003. Disponível em : Acesso em 05/03/2018

SÁ, Nídia Regina Limeira. **Cultura, Poder e Educação de Surdos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SANTOS FILHO, Genivaldo Oliveira; OLIVEIRA, Rozilda Ramos dos Santos; SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Na construção da modalidade visual: a pedagogia para a educação dos surdos.***Revista Virtual de Surda*, Editora Arara Azul, nº 18 jul. 2016. Disponível em: Acesso em 05/03/2018

SANTOS, Tatiana dos; **Educação Inclusiva/** Tatiana dos Santos, Regiane da Silva Barbosa. – Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016. 234 p. Disponível em: Acesso em 05/03/2018

SANTOS, Marilene Ribeiro. **A integração do aluno com deficiência na rede de ensino**. Brasília: MEC, 2000

SKLIAR, Carlos. **A surdez: Um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

SKLIAR, Carlos. **Educação e exclusão: abordagens sócio antropológicas em educação especial**. Porto Alegre. Editora Mediação, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. RJ: WVA, 2002.

TAVARES, Ilda Maria S; CARVALHO, Tereza S. Santos de. **Inclusão escolar e a formação de professores para ensino de libras (língua brasileira de sinais): do texto oficial ao contexto**. Disponível em: Acesso em 05/03/2018

ANEXOS

Perguntas ao Aluno Surdo

1. Você gosta de sua escola?
R= SIM.
2. Qual disciplina você mais gosta?
R= MATEMÁTICA.
3. Você entende o que o professor ensina?
R= SIM, TUDO É FÁCIL.
4. O professor interage com você?
R= SIM
5. O professor explica o conteúdo a você ou é o interprete?
R= SIM, OS DOIS, MAS O INTEPRETE SEMPRE ESTÁ A FRENTE ESCLARECENDO.
6. Seus colegas de sala como eles se comunica com você?
R= DESDE DO 6º ANO TENHO COMUNICAÇÃO COM ELES, GOSTO MUITO DE CONVERSAR COM ELES, ALGUNS ATRAVÉS DE MIMICAS, OUTROS TEM APRENDIDO LIBRAS COMIGO, QUANDO NÃO SABE PERGUNTA A INTERPRETE.
7. Você dialoga com as demais pessoas de casa?
R= SIM.
8. Como você faz as atividades de casa?
R= NA INTERNET PESQUISA EM LIBRAS E DE LÁ SAI TODA EXPLICAÇÃO QUE PRECISO.
9. O professor tira suas duvidas quando o procura ou é o interprete?
R= PROFESSOR! JUNTO COMINTERPRETE QUE PASSA AS INFORMAÇÕES.
10. Você gosta de seu interprete?
R= SIM.

Perguntas ao Interprete

1. Você é quem ensina ou o professor o ajuda?

R= ATRAVÉS DO CONTEÚDO APLICADO PELO PROFESSOR, ENSINO MEU ALUNO SURDO, TEM PROFESSOR QUE SABE ALGUMA COISA DE LIBRAS E PASSA ATIVIDADES COM MAIS ENTENDIMENTO E CLAREZA, POIS O MESMO TEM O CURSO BÁSICO. ENTÃO SOU AJUDADA PELOS PROFESSORES E AUXILIO ELES TAMBÉM, POIS EU QUE CONHEÇO BEM MAIS O ALUNO, POR ESTÁ TODOS OS DIAS COM ELE. ESTUDO TAMBÉM METODOS PARA ENSINA-LO E PASSO AO PROFESSOR REGENTE.

2. O Interprete consegue se comunicar com o aluno e sabe se ele está entendendo ou não o conteúdo?

R= SIM, CLARAMENTE, MAS, O CONTEÚDO MUITAS VZES TENHO QUE ESTUDAR PARA PASSAR PARA ELE, POIS SÃO SINAIS QUE NÃO SABE AINDA.

3. Qual a importância que você acha têm na vida dos alunos surdos?

R= ME ACHO IMPORTANTE NA VIDA DELES, MAIS ME ESFORÇO BASTANTE PARA ELES ADQUIRIR BEM O PORTUGUÊS PARA NÃO DEPENDER TANTO DE INTERPRETE. UM INTERPRETE QUANDO BEM ESPRESSIVO ELE DAR VIDA A VIDA DO SURDO.

4. Quando o aluno tem dúvidas o professor o ajuda?

R= SIM, E MUITO, ELES USAM IMAGENS COM PALAVRAS PARA UM ENTENDIMENTO MAIS CLARO À ELES. O PROFESSOR VAI ATÉ ELE E MOSTRA NO CADERNO E SE POSSÍVEL PEGA MATERIAIS NA SALA DE RECURSO PARA UM MELHOR APRENDIZADO.

5. Quais são seus métodos de ensino para ajudar o aluno?

R= ESTAMOS TRABALHANDO A LEITURA E CONHECIMENTO DE PALAVRAS. POIS O SURDO TEM DIFICULDADES NO PORTUGUÊS, ENTÃO PEGAMOS A IMAGEM E LOGO A FRENTE A PALAVRA, QUE ASSIM ELE VAI TRABALHAR ADATOLOGIA, E DEPOIS SÓ VENDO A IMAGEM TEM QUE SABER COMO ESCREVER AQUELA PALAVRA.

ISSO VAI SERVI PARA CONSEGUIR ANDAR NO CENTRO SOZINHO, POIS ESSE METODO DE ENSINO LHE LEVA PRA VIDA.

Perguntas ao Professor – Ouvinte

1. Você como ensina o aluno surdo?

R= INFELIZMENTE AINDA NÃO SEI MUITO A LIBRAS, PORÉM FAÇO CURSO PARA APRIMORAR MEUS CONHECIMENTOS , QUANTO AO ALUNO SURDO ME COMUNICADO DE FORMA QUE ELE ENTENDA, ENSINANDO COM MAIS DETALHES NO QUANDRO, E ACOMPANHANDO NO CADENO, E FALANDO OS SINAIS QUE SEI EM LIBRAS.

2. Ensina o quê?

R= MATEMÁTICA.

3. Qual sua atitude ao ser professor?

R= TENTO SER O MAIS SUCINTO POSSIVEL.

4. Você se preocupa com a metodologia de ensino ao aluno surdo?

R= COM CERTEZA, ATÉ ONDE O ALUNO SENTA NOS PREOCUPAMOS, NÃO É SEMPRE QUE UTILIZAMOS UMA METODOLOGIA DIFERENCIADA, ATÉ PORQUE ELE É SURDO E NÃO DEFICIENTE INTELECTUAL.

5. Há metodologia ou não?

R= SIM.

6. Quais os materiais didático que você utiliza em sala para ensinar o aluno surdo?

R= LIVRO, IMAGENS E ATIVIDADES E QUANDO NECESSÁRIO O MATERIAL DOURADO.

7. Oaluno surdo é importante ou não é?

R= TODOS OS ALUNOS SÃO IMPORTANTES, INDEPENDENTE OU NÃO DE SUA DEFICIENCIA.

8. Você como professor têm conhecimento da Lei Decreto 5.526 ou não a conhece?

R= SIM, COMO JÁ MENCIONEI FAÇO CURSO DE LIBRAS COM UM PROFESSOR SURDO E ESSE É UM DOS PRIMEIROS CONTEUDOS , LEI 10.436 DE 24 DE ABRIL DE 2002.

Relatório do Professor

Trabalhei em 2014 com uma criança com deficiência auditiva na rede municipal de ensino de Araguaína, numa classe com 31 alunos. O aluno tinha 8 anos e estava em processo de alfabetização. E não utilizava nenhum aparelho auditivo. Nesta turma a maioria dos alunos apresentavam, dificuldade de aprendizagem: problemas emocionais, violência caseiras e entre outras.

Meu trabalho constituiu – se em investigar o conhecimento primitivo de cada aluno para a partir daí elaborar o planejamento atendendo cada um deles de acordo com suas condições de aprendizagem , trabalhei com essa classe dois anos.

Neste período houve muitas trocas de assistente pois o aluno não era fácil de trabalhar como ele era muito agressivo com os assistente e com os outros alunos, cabia a mim buscar informações e ajuda com outros colegas e o assistente do aluno métodos para atender o aluno da melhor maneira possível.

O meu trabalho foi feito com o objetivo de proporcionar atendimento individualizado, sempre que possível, para que cada aluno pudesse ter um desenvolvimento pleno das habilidades necessárias conforme sua idade. Havia crianças com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade tornado assim um trabalho muito difícil devido a grande quantidade de aluno em sala.

Trabalhar a inclusão de um aluno portador de necessidade especiais dentro de uma classe regular foi, para mim um grande desafio. As duvidas iniciais foram: será que vou conseguir? Como devo fazer para integrá-lo ao grupo? Como vou trabalhar o conteúdo com esse aluno e os demais? E entre outras, a única certeza que eu tinha era que acreditava na inclusão e que esta deveria acontecer.

Durante esse processo de inclusão eu tive momentos de muitas angustia. Trabalhar com inclusão fez com que eu mudasse todos os meus paradigmas e os recompusesse de uma nova forma, pois eu percebia que, as vezes as minhas estratégias que sempre deram resultados, agora não mais servia e eu tinha que

imediatamente encontrar uma outra forma para resolver aquele determinado fato.
Foi desafiante, angustiante, porém foi uma experiência muito rica.